

**MINISTERIO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
EDITAL**

O **PROCURADOR DE JUSTIÇA CARLOS ANTONIO DA SILVA NAVEGA**, na qualidade de Presidente da Comissão do XXXII Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira do Ministério Público TORNA PÚBLICO o programa para as provas escritas preliminar e especializadas e para as provas orais do referido concurso:

1. BANCA DE DIREITO PENAL, DE DIREITO PROCESSUAL PENAL E DE DIREITO ELEITORAL:

1.1. DIREITO PENAL

**Ponto nº 1**

- a. Conceito e características do Direito Penal. Histórico do Direito Penal Brasileiro. Fontes do Direito Penal. Interpretação e integração da lei penal. Analogia. Norma penal. Concurso de crimes. Ilícitude e causas de sua exclusão. Aplicação da pena. Penas restritivas de direito.
- b. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a paz pública.
- c. Crimes Militares. Crimes tipificados no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503, de 1997). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei 8666/93, crimes previstos no Decreto-Lei 201/67 (Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06).

**Ponto nº 2**

- a. Aplicação da lei penal. Lei penal no tempo e no espaço. Lei penal em relação às pessoas. Concurso aparente de normas. Concurso de pessoas. Culpabilidade e causas de sua exclusão. Aplicação da Pena. Pena privativa de liberdade. Extinção da punibilidade.
- b. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a Administração Pública.
- c. Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.137, de 1990 e Lei nº 8.078, de 1990). Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 6.938, de 1981 e Lei nº 9.605, de 1998). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006).

**Ponto nº 3**

- a. Princípios constitucionais penais. Fato típico. Classificação dos crimes. Medidas de Segurança. Reabilitação. Livramento condicional. Aplicação da pena. Pena de multa. Extinção da punibilidade.

- b. Crimes contra os costumes. Crimes contra a honra. Crimes contra a pessoa.
- c. Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06). Crimes previstos na Lei. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006). Crimes previstos no Decreto-Lei 201/67 (Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores). Crimes previstos na Lei nº 8.176/91 (combustíveis)

#### **Ponto nº 4**

- a. Ilicitude. Culpabilidade. Causas excludentes de ilicitude e de culpabilidade. Aplicação da pena. Livramento condicional. Suspensão condicional da pena (“sursis”)
- b. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra o patrimônio.
- c. Lei Antidrogas (Lei 11.343/06). Crimes tipificados no Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503, de 1997). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06) Crimes previstos na Lei nº 11.105/05 (biossegurança).

#### **Ponto nº 5**

- a. Fato típico. Aplicação da pena. Medidas de segurança. Efeitos da condenação. Reabilitação. Concurso aparente de normas. Extinção da punibilidade.
- b. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a liberdade sexual. Crimes contra a administração pública.
- c. Crimes tipificados no Decreto-lei nº 201, de 1967. Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990). Crimes previstos na Lei nº 9.434, de 1997. Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06). Crimes previstos na Lei nº 9.296/96 (escutas telefônicas)

#### **Ponto nº 6**

- a. Princípios constitucionais penais. Fato típico. Concurso de crimes. Erro. Aplicação da pena.
- b. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a família. Lesões corporais. Crimes contra a liberdade individual e pessoal. Crimes contra a honra. Crimes contra o patrimônio.
- c. Crimes falimentares (Lei 11.101, de 2005). Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716, de 1989). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06). Crimes previstos na Lei nº 9.029, de 1995. Crimes contra as pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 7.853, de 1989). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei 8666/93).

### **Ponto nº 7**

- a. Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias. Erro. Concurso de pessoas. Aplicação da pena. Extinção da punibilidade. Fato típico.
- b. Crimes contra a administração pública. Crimes contra o patrimônio.
- c. Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003). Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807, de 1999). Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 1990). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei 8666/93). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06). Crimes previstos no Decreto-Lei 201/67 (Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores). Crimes previstos na Lei nº 1.521/51 (economia popular)

### **Ponto nº 8**

- a. Princípios constitucionais penais. Tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Crimes omissivos e comissivos. Aplicação da pena.
- b. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a fé pública.
- c. Crimes de tortura (Lei nº 9.455, de 1997). Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 1990). Proteção a programas de computadores (Lei nº 9.609, de 1998). Crimes contra a ordem tributária e econômica, contra o consumidor e as relações de consumo (Lei nº 8.078, de 1990 e Lei nº 8.137, de 1990). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei 8666/93).

### **Ponto nº 9**

- a. Princípios constitucionais penais. Concurso de crimes. Erro. Ilicitude e causas de exclusão. Aplicação da pena. Penas restritivas de direitos. Extinção da punibilidade.
- b. Crimes contra a honra. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra fé pública.
- c. Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei 8666/93). Lei Antidrogas (Lei 11.343/06) . Crimes previstos na Lei nº 2889/56 (genocídio).

### **Ponto nº 10**

- a. Relação de causalidade. Concurso de pessoas. Dolo e culpa. Consumação e tentativa. Aplicação da pena. Pena privativa de liberdade.

- b. Crimes contra a pessoa. Lesões corporais. Crimes contra o patrimônio.
- c. Abuso de autoridade (Lei nº 4.898, de 1965). Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 1990). Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613, de 1998). Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 2003). Crimes tipificados na Lei de Licitações (Lei 8666/93). Crimes previstos no Decreto-Lei 201/67 (Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores).

## 1.2. DIREITO PROCESSUAL PENAL

### **Ponto nº 1**

- a. Procedimento no Júri (Lei 11.689/08). Procedimento da Lei nº 11.343/06 (Tóxicos).
- b. Procedimento dos crimes de trânsito. Procedimento dos crimes falimentares (Lei nº 11.101/05).
- c. Jurisdição e competência.

### **Ponto nº 2**

- a. **A Prisão processual. A Lei 12.403/2011. As cautelares substitutivas da prisão. As medidas cautelares processuais penais relativas à prova. Cautelares reais. A Liberdade. Liberdade provisória vinculada e a Lei 12.403/2011**
- b. O procedimento Sumaríssimo (Juizados Especiais Criminais).
- c. Procedimento sumário. O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Violência familiar e doméstica contra a mulher (Lei nº 11.340/06).

### **Ponto nº 3**

- a. Inquérito policial e outros procedimentos preparatórios da ação penal.
- b. Os sistemas processuais penais e os princípios processuais penais.
- c. Ação penal pública.

### **Ponto nº 4**

- a. *Habeas Corpus*.
- b. Prova. Teoria geral e admissibilidade da prova. Prova ilícita e ilegítima. A Lei 11.690/08.
- c. Decisões penais. Princípio da correlação entre a acusação e sentença.

### **Ponto nº 5**

- a. Execução. Princípios básicos. Regimes de cumprimento de penas privativas de liberdade. A progressão e os Crimes Hediondos. O RDD (Lei 10.792/2003).
- b. Prova oral: testemunhas e ofendido. A Lei 11.690/08. A Videoconferência (Lei 11.900/09).
- c. Vícios dos atos processuais. Irregularidades, nulidades e inexistência.

### **Ponto nº 6**

- a. Ação penal privada subsidiária da pública.
- b. Recursos. Modificações da Lei 11.689/08. Teoria geral dos Recursos. Princípios e pressupostos. Admissibilidade recursal.
- c. A Denúncia e seu aditamento. A Lei 11.719/08. O interrogatório. A Videoconferência (Lei 11.900/09).

### **Ponto nº 7**

- a. Apelação. Recursos constitucionais.
- b. Exame de corpo de delito e perícias em geral.
- c. Condições para o exercício da ação penal e pressupostos processuais. O recebimento da inicial processual penal e a chamada absolvição sumária (Lei 11.719/08).

### **Ponto nº 8**

- a. Recurso em sentido estrito. Os embargos.
- b. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Procedimentos comuns e especiais do CPP e a Lei 11.719/08.
- c. Atribuições do Ministério Público. Natureza jurídica. Conflitos de atribuições.

### **Ponto nº 9**

- a. Efeitos civis da sentença penal.
- b. A ação penal privada.
- c. O imputado. Autodefesa e defesa técnica. A defesa na reforma processual penal (Lei 11.719/08). A vítima. O assistente de acusação.

### **Ponto nº 10**

- a. A revisão criminal.
- b. A confissão. Prova documental. Índícios. Reconhecimento de pessoas e coisas.
- c. A defesa indireta no processo penal. As exceções. Questões prejudiciais.

### 1.3. DIREITO ELEITORAL

#### **Ponto nº 1**

- a. Domicílio eleitoral. Registro de candidaturas: requerimento e impugnação.
- b. Direitos Políticos: aquisição, perda e suspensão. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade e incompatibilidades. Inabilitação.
- c. Legislação Eleitoral: princípios, forma e competência legislativa. Lei nº 9.504/97.

#### **Ponto nº 2**

- a. Circunscrições eleitorais. Órgãos da Justiça Eleitoral: competência, composição e escalonamento hierárquico. Servidores da Justiça Eleitoral.
- b. O procedimento eletivo e suas diferentes fases. Normas de regência: constitucionais, legais e regulamentares.
- c. Consulta e poder normativo. Organização do eleitorado. Urnas eletrônicas. Sistema informatizado de votação eletrônica. Sistema tradicional: votação manual e apuração dos votos.

#### **Ponto nº 3**

- a. O Ministério Público no plano eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- b. Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.
- c. Direitos Políticos: aquisição, perda e suspensão. Condições de elegibilidade. Causas de inelegibilidade e incompatibilidades. Inabilitação.

#### **Ponto nº 4**

- a. Partidos políticos: normatização de regência, organização, funcionamento, direitos e deveres.

- b. Filiação partidária. Propaganda eleitoral, política e partidária. Direito de resposta. Representação eleitoral (art. 96, da Lei nº 9.504/97).
- c. Ação de impugnação ao registro. Ação de Impugnação de mandato eletivo. Investigação Judicial Eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação rescisória eleitoral.

#### **Ponto nº 5**

- a. O Ministério Público no Plano Eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.
- b. Abuso do poder nas eleições, corrupção e fraude. Transporte de eleitores. Captação ilícita de votos.
- c. Evolução do Direito Eleitoral no Brasil. Influência das esferas penal, cível e administrativa no plano eleitoral.

#### **Ponto nº 6**

- a. Prazos, competência, legitimidade e recursos em matéria eleitoral.
- b. Crimes eleitorais e processo penal eleitoral.
- c. Registro de candidaturas: requerimento e impugnação. Filiação partidária. Propaganda eleitoral, política e partidária. Direito de resposta. Representação Eleitoral (art. 96, da Lei nº 9.504/97).

#### **Ponto nº 7**

- a. Legislação eleitoral básica: Código Eleitoral, Lei Complementar nº 64/90, Lei nº 9.504/97, Lei nº 9.096/95 e Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral.
- b. Sufrágio. Voto. Sistema de apuração eletrônica. Captação ilícita de votos. Influência das esferas penal, cível e administrativa no plano eleitoral.
- c. Investigações realizadas pelo Ministério Público, regime disciplinar dos Promotores Eleitorais. Conflito de atribuições.

#### **Ponto nº 8**

- a. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Atos de Improbidade Administrativa. Abuso de poder. Multas eleitorais: cominação, aplicação e execução.
- b. O Ministério Público no plano eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais. Organização e atribuições.

- c. Ação penal. Perda do mandato eletivo. Imunidades. Foro por prerrogativa de função.

**Ponto nº 9**

- a. Sistemas majoritário e proporcional. Quocientes eleitoral e partidário. Nulidades no procedimento eletivo.
- b. Captação ilícita de votos. Ação de impugnação ao registro. Ação de Impugnação de mandato eletivo. Investigação Judicial Eleitoral. Recurso contra a expedição de diploma. Ação rescisória eleitoral.
- c. Eleição, plebiscito e referendo: características essenciais e fiscalização.

**Ponto nº 10**

- a. Abuso de poder nas eleições: caracterização e meios de coibição. Democracia direta, indireta e semidireta.
- b. Partidos políticos: normatização de regência, organização, funcionamento, direitos e deveres. Domicílio eleitoral. Registro de candidaturas: requerimento e impugnação.
- c. Recursos em matéria eleitoral. Processo Penal Eleitoral. Representação eleitoral (art. 96 da Lei nº 9.504/97).

## 2. BANCA DE DIREITO CIVIL, DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DE DIREITO EMPRESARIAL:

### 2.1. DIREITO CIVIL

#### Ponto nº 1

- a. As fontes do direito. A norma jurídica. Estrutura, características e classificação das normas. Interpretação e integração das normas. Eficácia da norma.
- b. Teoria geral dos contratos. Elementos dos contratos. Classificação dos contratos. Princípios Sociais e Individuais dos Contratos. Contratos de adesão e cláusulas contratuais gerais. Posse. Classificação e desdobramento da posse. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Composse. Do Estatuto da Terra. Do parcelamento do solo. Estatuto da Cidade.
- c. A família no Código Civil e na Constituição da República. Casamento: noções gerais. Conceito. Natureza jurídica. Características. Finalidades. Princípios. Esponsais. Da sucessão em geral. Abertura da sucessão. Da herança e sua administração. Da vocação hereditária. Aceitação e renúncia. Herança jacente. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). União homoafetiva.

#### Ponto nº 2

- a. Aplicação da lei no tempo e no espaço. Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657/42). Disposições Finais e Transitórias do novo Código Civil. A relação jurídica. O direito subjetivo. Eficácia, limitações e proteção dos direitos subjetivos. Direitos potestativos, ônus e faculdades. Obrigação natural. Obrigação *propter rem*. Obrigação solidária e obrigações divisíveis e indivisíveis.
- b. Efeitos do contrato. Interpretação dos contratos. Contrato preliminar. Contrato com pessoa a declarar. Contratos em favor de terceiro. Promessa de fato de terceiro. Vícios redibitórios. Evicção. Propriedade. Aquisição e perda da propriedade. Usucapião. Lei de Registros públicos. Propriedade fiduciária.
- c. Casamento. Formalidades preliminares. Habilitação. Requisitos e pressupostos matrimoniais. Procedimento. Impedimentos matrimoniais. Oposição dos impedimentos. Sucessão legítima. Sucessão dos descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro e colaterais. Estatuto da Criança e do Adolescente.

### **Ponto nº 3**

- a. Pessoa natural. Personalidade jurídica. Capacidade, legitimação e estado. Incapacidade absoluta e relativa. Direitos da personalidade. Extinção das obrigações.
- b. Extinção dos Contratos. Compra e venda. Cláusulas especiais à compra e venda. Responsabilidade civil. Venda com reserva de domínio. Doação. Empreitada e prestação de serviços. Condomínio. Condomínio edilício. Usucapião especial rural e urbano. Usucapião coletivo. Direito de vizinhança. Registro civil da pessoa natural. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: direito à vida. Medidas de proteção ao idoso.
- c. Casamento. Capacidade para o casamento. Celebração e provas. Celebração do casamento. Assento de casamento. Casamento nuncupativo. Casamento por procuração. Alimentos gravídicos. Provas do casamento. Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular. Direito de representação.

### **Ponto nº 4**

- a. Pessoas jurídicas. Registro civil das pessoas jurídicas. Desconsideração da personalidade jurídica, no Código de Defesa do Consumidor e Código Civil. Fundações. Domicílio. Os bens. Patrimônio. Classificação dos bens. Benfeitorias. Conseqüências da inexecução das obrigações. Mora e inadimplemento. Juros ilegais. Juros moratórios e compensatórios. Correção monetária. Perdas e danos. Danos emergentes. Lucros cessantes. Dano moral.
- b. Empreitada e prestação de serviços. Da promessa de recompensa. Direito de Superfície. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. Medidas específicas de proteção ao idoso.
- c. Casamento. Efeitos jurídicos do casamento. Direitos e deveres dos cônjuges. Regime de bens entre os cônjuges: conceito, natureza jurídica, características. Pacto antenupcial. Doações antenupciais. Bem de família legal e convencional. Formas de testamentos. Invalidez dos testamentos. Disposições testamentárias.

### **Ponto nº 5**

- a. Aquisição, modificação e extinção dos direitos. Ato jurídico. Negócio jurídico. Classificação, elementos e interpretação dos negócios jurídicos. Representação. Cláusula penal. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito. Cessão de débito. Cessão de contrato.

- b. Locação. Lei nº 8.245/91. Transação. Compromisso. Cartão de crédito. Servidão. Usufruto. Uso e habitação. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: alimentos. Política de atendimento ao idoso. Estatuto da Cidade. Responsabilidade civil ambiental. Usucapião.
- c. Regime de bens entre os cônjuges. Regime da comunhão universal. Regime da comunhão parcial. Regime de participação final nos aqüestos. Regime da separação de bens: separação convencional e separação legal. Separação judicial e separação de fato. Separação judicial consensual. Separação judicial litigiosa. Separação de fato. Efeitos. Disposições conjuntas e direito de acrescer. Petição de herança. Cessão de herança.

### **Ponto nº 6**

- a. Obrigação: conceito e natureza jurídica. Estrutura da obrigação. Características e elementos. Fontes das obrigações. Classificação das obrigações. Obrigação de dar, de fazer, de não fazer, facultativas e alternativas. Obrigações de meio e resultado. Elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo. Assunção de dívida.
- b. Empréstimo. Direitos reais de garantia. Penhor e hipoteca. Direito Real de Aquisição. Registro de Imóveis. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: direito à saúde. Entidades de atendimento ao idoso. Direito de empresa: sociedade personificada. Responsabilidade civil ambiental. Estatuto da cidade. Código de Defesa do Consumidor.
- c. Divórcio: conceito e natureza jurídica. Formas de divórcio. Conversão da separação judicial em divórcio. Efeitos. Separação consensual e divórcio consensual na Lei nº 11.441/07. União homoafetiva. Sucessão testamentária. Cláusulas restritivas. Caducidade de testamento. Legados. Aquisição e efeitos dos legados. Espécies de legados.

### **Ponto nº 7**

- a. Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação, reserva mental e fraude contra credores. Resolução por onerosidade excessiva. Mandato. Gestão de Negócios. Pagamento. Modalidades do pagamento. Pagamento indevido.
- b. União Estável: Leis nºs 8.971/94 e 9.278/96. A união estável no Código Civil. Conceito. Características. Efeitos. Dissolução. Concubinato. Relações de parentesco: conceito, espécies, linhas e graus. Efeitos legais. Estatuto da Criança e do Adolescente. Código de Defesa do Consumidor.

- c. Aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas. Direitos autorais (Lei nº 9.610/98): obras intelectuais, contratos de direitos autorais; utilização de obras intelectuais e dos fonogramas. Direitos do autor. Dos direitos do consumidor: direitos básicos do consumidor. Legados: Caducidade dos legados. Substituições. Fideicomisso. Parcelamento do solo urbano.

### **Ponto nº 8**

- a. Inexistência, invalidade e ineficácia dos negócios jurídicos: nulidade, anulabilidade e ineficácia. Títulos de crédito: títulos à ordem, ao portador e nominativos. Pagamento por consignação. Pagamento por consignação bancária.
- b. Contrato de transporte. Responsabilidade civil. Dos direitos do consumidor: da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: da profissionalização e do trabalho. Responsabilidade civil subjetiva e objetiva. Usucapião.
- c. Filiação: filiação nas relações matrimoniais. Filiação nas relações extramatrimoniais. Investigação de paternidade (Lei nº 8.560/92). Filiação socioafetiva. Adoção: conceito. Adoção no novo Código Civil. Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Deserdação. Revogação e rompimento de testamento.

### **Ponto nº 9**

- a. Ato ilícito e Abuso do Direito. Responsabilidade civil. Seguro. Atos unilaterais: promessa de recompensa e gestão de negócios. Pagamento por sub-rogação. Imputação em pagamento. Dação em pagamento.
- b. Poder familiar e tutela. Exercício do poder familiar. Efeitos do poder familiar. Suspensão e extinção do poder familiar. Guarda. Tutela. Efeitos da tutela. Curatela e ausência: Curatela. Noções gerais. Espécies de curatela. Ausência. Interdição. Estatuto da Criança e do Adolescente: guarda, tutela e adoção. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: da previdência social e da assistência social. Responsabilidade civil ambiental. Prescrição e decadência.
- c. Petição de herança. Cessão de herança. Redução das disposições testamentárias. Revogação de testamento. Rompimento do testamento. Do testamenteiro. Direitos autorais (Lei nº 9.610/98): direitos conexos. Dos direitos do consumidor (Lei nº 8.078/90): das práticas abusivas comerciais.

### **Ponto nº 10**

- a. Prescrição e decadência. Forma e Prova dos Negócios Jurídicos. Fiança. Atos unilaterais: pagamento indevido e enriquecimento sem causa. Novação. Compensação. Confusão. Remissão
- b. Alimentos. Prestação alimentícia: conceito, natureza jurídica, características e pressupostos. Alimentos provisionais: provisórios e definitivos (Lei nº 5.478/68). Alimentos: revisão. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Direitos fundamentais: da habitação e do transporte. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Usucapião de bens móveis.
- c. Inventário e Partilha. Inventário e Partilha na Lei nº 11.441/07. Sonegados. Pagamento de dívidas. Colação. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação da partilha. Direitos autorais (Lei nº 9.610/98): as sanções civis às violações dos direitos autorais. Dos direitos do consumidor (Lei nº 8.078/90): da proteção contratual. Direitos da personalidade.

## **2.2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **Ponto nº 1**

- a. Processo Civil e Direitos Fundamentais. Jurisdição e Competência. Acesso à justiça. Petição inicial. Respostas do réu.
- b. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Reexame necessário. Reclamação. Ação Rescisória. Precedentes judiciais.
- c. Tutela específica. Execução e cumprimento da sentença. Liquidação. Embargos de terceiro. Execução em causas coletivas.

### **Ponto nº 2**

- a. Ministério Público na Constituição. Ministério Público no processo civil e no processo coletivo. Inquérito civil.
- b. Tutelas de urgência. Poderes do juiz. Princípios processuais na Constituição.
- c. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Execução civil de sentença penal. Execução fiscal. Execução no processo coletivo. Defesas do executado.

### **Ponto nº 3**

- a. Condições da ação. Conexão e continência. Concurso e cumulação de ações. Ações coletivas.
- b. Intervenção de terceiros. *Amicus curiae*. Substituição processual. Limites subjetivos da coisa julgada.
- c. Tutelas de urgência. Responsabilidade por danos processuais. Boa-fé objetiva no processo civil. Abuso de direito no processo.

#### **Ponto nº 4**

- a. Fatos jurídicos processuais. Pressupostos processuais. Invalidades processuais. Princípios processuais na Constituição.
- b. Processo Coletivo: atualidades e perspectivas.
- c. Teoria Geral da prova. Provas em espécie. Provas ilícitas e ilegítimas.

#### **Ponto nº 5**

- a. Partes. Capacidade e legitimação. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros.
- b. Audiência. Julgamento e ônus da prova. Revelia. Fundamentação da decisão judicial. Preclusão. Coisa julgada.
- c. Negócio jurídico processual. Existência, validade e eficácia dos atos processuais. Formalismo processual. Efetividade do processo.

#### **Ponto nº 6**

- a. Objeto do processo. Mérito. Questões preliminares e questões prejudiciais. Fatos e atos processuais. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Prazos. Preclusão. Vícios dos atos processuais e suas conseqüências. Invalidades processuais. Litispendência.
- b. Ação civil pública. O inquérito civil. Compromisso de ajustamento de conduta. A defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- c. Ministério Público no Processo Civil. Conflitos de atribuição.

#### **Ponto nº 7**

- a. Processo de conhecimento. Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Procedimento sumário. Tutelas de Urgência. Sentença e coisa julgada.
- b. Execução de título extrajudicial: Disposições gerais. Formação, suspensão e extinção do processo de execução. Títulos judiciais e extrajudiciais. Execução e tutela específica para entrega de coisa. Cumprimento de sentença.

- c. Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie. Reclamação. Ação Rescisória.

**Ponto nº 8**

- a. Petição inicial. Despacho e sentença liminar. Citação. Respostas do réu.
- b. Admissibilidade da demanda. Modelo constitucional do processo civil. Ministério Público e efetividade do processo.
- c. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. *Habeas data*. Ação popular. Processo Civil e políticas públicas.

**Ponto nº 9**

- a. Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência preliminar. Teoria geral da prova. As provas em espécie.
- b. Controle de constitucionalidade. Controle incidental de inconstitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação direta de constitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade por omissão.
- c. Ação civil pública. Ações relacionadas com a defesa do consumidor. Cidadania e Meio Ambiente. Proteção de pessoas com deficiência. Procedimentos disciplinados no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso e na Lei de Improbidade Administrativa. Políticas públicas.

**Ponto nº 10**

- a. Audiência de instrução e julgamento. Sentença e coisa julgada. Coisa julgada no processo coletivo. Recursos.
- b. Novas tendências do Direito Processual. O custo do processo. Escopos sociais, políticos e jurídicos. Garantias fundamentais e efetividade do processo. Meios alternativos de resolução de controvérsias. Arbitragem.
- c. Tutela coletiva: atualidades e perspectivas. Inquérito Civil. Termo de Ajustamento de Conduta. Lei da Ação Civil Pública. Lei de Improbidade Administrativa. Processo coletivo passivo. Relação entre processo coletivo e processo individual.

## 2.3. DIREITO EMPRESARIAL

**Ponto nº 1:**

- a. Teoria dos atos de comércio e Teoria da empresa. Conceitos de empresa, empresário e estabelecimento empresarial.
- b. Sociedades limitadas.
- c. Pedido de falência. Impontualidade e atos de falência.

**Ponto nº 2:**

- a. Empresário individual. Contrato de arrendamento mercantil (leasing). Contrato de alienação fiduciária em garantia.
- b. Estabelecimento empresarial: alienação, arrendamento e aspectos relevantes. Sociedades anônimas.
- c. Ministério Público no processo de insolvência empresarial (falências e recuperação de empresas). Sentença de falência.

**Ponto nº 3:**

- a. Letra de câmbio. Nota promissória. A convenção de Genebra (Lei Uniforme) e o Novo Código Civil.
- b. Responsabilidade do administrador da sociedade limitada e da sociedade anônima. Contrato de faturização (factoring). Contrato de desconto bancário. Contrato de abertura de crédito em conta corrente.
- c. Habilitação, verificação e classificação de crédito na falência.

**Ponto nº 4:**

- a. Protesto cambial. Ações cambiais. Ação de locupletamento. Títulos de crédito virtuais.
- b. Direito de retirada. Exclusão de sócio. Apuração de haveres. Contrato de cartão de crédito.
- c. Efeitos da falência quanto à pessoa do falido. Agentes da falência: Ministério Público. Juízo. Administrador. Credores. Comitê e Assembléia de Credores.

**Ponto nº 5:**

- a. Teoria geral dos títulos de crédito. A convenção de Genebra (Lei Uniforme) o e Novo Código Civil.
- b. Sociedades controladoras e controladas (holdings). Sociedades coligadas. Grupos de sociedades. Consórcios de sociedades. Sociedades de propósito específico. Locação de imóveis para fins empresariais.
- c. Efeitos da falência em relação aos bens do falido. Pedido de restituição. Embargos de terceiros.

**Ponto nº 6:**

- a. Princípios e atributos de direito cambiário. A Convenção de Genebra (Lei Uniforme) e o Novo Código Civil.
- b. Código de Defesa do Consumidor.
- c. Efeitos da falência quanto aos contratos do falido. R.A.E.T. - Regime de Administração Especial Temporária. Intervenção e liquidação extrajudicial.

**Ponto nº 7:**

- a. Sociedades simples e empresárias. Sociedades cooperativas. Sistema nacional de registro das sociedades. Juntas comerciais e registros civis de pessoas jurídicas.
- b. Sociedades limitadas. Desconsideração da personalidade jurídica.
- c. Ação revocatória. Inquérito civil. Apuração dos crimes falimentares e de recuperação de empresas: formas de investigação e procedimento judicial.

**Ponto nº 8:**

- a. Teoria geral do direito societário. Sociedade em conta de participação. Sociedade em comum. Desconsideração da personalidade jurídica.
- b. Nome empresarial, título do estabelecimento e marca. Sociedades anônimas.
- c. Realização do ativo e liquidação do passivo na falência. Sentença de encerramento e sentença de reabilitação na falência.

**Ponto nº 9:**

- a. Cheque. Duplicata. Cédula de crédito bancário.
- b. Contrato de Aquisição de Ativos. Intervenção e Liquidação Extrajudicial.
- c. Recuperação de empresas.

**Ponto nº 10:**

- a. Contrato de trespasse de estabelecimento empresarial. Contrato de franquia empresarial.
- b. Endosso. Aceite. Aval.
- c. Recuperação de empresas.

3. BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, DE DIREITO ADMINISTRATIVO, DE PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DE DIREITO TRIBUTÁRIO:

3.1. DIREITO CONSTITUCIONAL:

**Ponto nº 1**

- a. Conceitos e classificações das Constituições. Poder Constituinte: noção, modalidades, distinções e limites. Princípios constitucionais fundamentais. Controle de constitucionalidade.
- b. Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais, coletivos e difusos. Nacionalidade e cidadania. Direitos políticos. Inabilitação. Ação de impugnação de mandato eletivo. Direitos sociais. Tratados e convenções internacionais.
- c. Ordem social: princípios e regras. Seguridade social: saúde, previdência e assistência sociais. Educação, cultura e desporto. O meio ambiente, os patrimônios público, social e cultural, a família, a criança, o adolescente, o idoso e o deficiente na Constituição. Funções institucionais do Ministério Público.

**Ponto nº 2**

- a. Organização do Estado. O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. Presidencialismo e parlamentarismo. Sistemas eleitorais e partidos políticos. A República Federativa do Brasil. A União Federal: bens e competências exclusivas, privativas, concorrentes e comuns.
- b. Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Comissões Parlamentares de Inquérito. O Conselho Nacional do Ministério Público: composição e competências.
- c. Bens dos entes federados. Direito de propriedade. Limitações e condições para o seu exercício. Função socioambiental da propriedade. Confisco. Desapropriação. Tombamento. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária.

**Ponto nº 3**

- a. Hermenêutica, interpretação e integração da Constituição. Princípios específicos de interpretação constitucional. A democracia participativa: iniciativa popular, plebiscito e referendo. A defesa do regime democrático pelo Ministério Público.
- b. Os Estados-membros na federação brasileira. Bens e competências residuais, concorrentes e comuns. As Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios. Definição e limites

do Poder Constituinte dos Estados-membros. O princípio da simetria. O Distrito Federal. Controle de constitucionalidade.

- c. Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. Administração indireta. Descentralização administrativa. A efetivação pelo Ministério Público do respeito dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionais.

#### **Ponto nº 4**

- a. Tipologia, validade, eficácia e efetividade das normas constitucionais. Normatividade constitucional: princípios e regras. Disposições constitucionais gerais e transitórias: natureza e fins. Fundamentos do Estado.
- b. Ações constitucionais: *Habeas Corpus*, Mandado de Segurança individual e coletivo, Ação Popular, Ação Civil Pública, *Habeas Data* e Mandado de Injunção. O Inquérito Civil. A defesa dos direitos sociais, transindividuais e individuais indisponíveis pelo Ministério Público.
- c. Poder Judiciário. O STF, o STJ e as Justiças Federal e Estadual. Garantias dos Juízes. Incompatibilidades. Tribunais e respectivas competências. O exercício de funções legislativas e administrativas por órgãos do Poder Judiciário. Sistemas de jurisdição: única e dúplice. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Súmula vinculante. Repercussão Geral. O Conselho Nacional de Justiça.

#### **Ponto nº 5**

- a. O princípio da supremacia da Constituição. Direitos humanos. Soberania estatal e proteção internacional. O controle da constitucionalidade dos atos normativos no Brasil. O controle jurisdicional difuso e incidental. O controle jurisdicional concentrado e abstrato. O princípio da reserva de plenário. A ação direta de inconstitucionalidade por omissão. A ação declaratória de constitucionalidade. A arguição de descumprimento de preceito fundamental. O devido processo legal e o princípio da proporcionalidade. A defesa da ordem jurídica pelo Ministério Público.
- b. Organização político-administrativa do Estado Brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas, legislativas e tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c. Tributação e Orçamento. Princípios gerais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas da União e dos Estados: competências. Empréstimos

externos. Responsabilidade fiscal. Autonomia financeira do Ministério Público.

#### **Ponto nº 6**

- a. Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limites ao poder de reforma: procedimentais, materiais, circunstanciais e temporais. Cláusulas pétreas. A mutação constitucional. Controle de constitucionalidade.
- b. Autonomia dos entes federativos: significado e limites. Intervenção federal e estadual. Mecanismos de integração e cooperação federativos: regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. A representação do Ministério Público para fins de intervenção da União e dos Estados.
- c. Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. Decretos. Matérias de reserva legal. Delegações legislativas. Medidas provisórias. Controle pelo Legislativo e pelo Judiciário. Autonomia funcional e administrativa do Ministério Público.

#### **Ponto nº 7**

- a. Princípios e regras gerais da Administração Pública na Constituição Federal. Improbidade Administrativa. Órgãos públicos. Entidades da Administração Pública Indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. A efetivação pelo Ministério Público do respeito dos Poderes Públicos aos direitos constitucionais.
- b. O Município na Constituição Federal. Princípios de organização e competências municipais. Direitos e deveres dos Prefeitos e Vereadores. Lei Orgânica do Município. Plano Diretor. Constituição estadual e autonomia municipal.
- c. Sistema Tributário Nacional. Competências da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Limitações ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade. A defesa do contribuinte pelo Ministério Público.

#### **Ponto nº 8**

- a. Ação direta de inconstitucionalidade: aspectos processuais específicos. A medida cautelar e a suspensão liminar. Efeitos da decisão provisória e definitiva na ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual. O devido processo legal e o princípio da proporcionalidade. A defesa da ordem constitucional pelo Ministério Público.

- b. Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República, dos Governadores e dos Prefeitos. Responsabilidades do Presidente da República, dos Governadores, dos Prefeitos, dos Ministros de Estado e dos Secretários estaduais e municipais. O processo de impedimento nos três níveis. Vacância do cargo. Reeleição. Inabilitação. Inelegibilidades na Constituição. Crimes de responsabilidade.
- c. Funções essenciais à Justiça. O Ministério Público: organização, princípios e funções institucionais. Garantias e vedações de seus membros. Advocacia Pública: Advocacia Geral da União e Procuradorias dos Estados e dos Municípios. Defensoria Pública da União e dos Estados. Advocacia privada.

### **Ponto nº 9**

- a. Poder Legislativo. O Congresso Nacional: Senado Federal e Câmara dos Deputados. As Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais. Atribuições e competências. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da Administração Pública. Direitos e deveres dos parlamentares. Comissões Parlamentares de Inquérito: objeto, poderes e limites. Os Tribunais de Contas.
- b. Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais de regime constitucional anterior. Disposições gerais e transitórias. Recepção, não recepção e inconstitucionalidade de normas infraconstitucionais. O Procurador-Geral da República e o Procurador-Geral de Justiça. Atribuições constitucionais.
- c. Competências originárias e recursais dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Superiores. Juizados Especiais e Turmas Recursais. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Súmula de jurisprudência. Efeito vinculante. Controle de constitucionalidade. Suspensão de segurança. A atuação do Ministério Público nos Tribunais.

### **Ponto nº 10**

- a. Processo legislativo. Iniciativa das leis. Comissões. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. As medidas provisórias. Processos legislativos estadual e municipal. Tratados e convenções internacionais.
- b. Princípios constitucionais da Administração Pública. Acesso aos cargos e empregos públicos. Cargos efetivos e comissionados. Regimes jurídicos dos servidores públicos. Regime previdenciário.

Acumulação. Subsídio. Limite máximo de remuneração. Aposentadoria. Licitação. Improbidade administrativa.

- c. Defesa do Estado e do regime democrático. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Controle parlamentar e jurisdicional. Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Guardas Municipais. Competências. Funções institucionais do Ministério Público. A ação penal pública, a investigação criminal e o controle externo da atividade policial pelo Parquet.

### 3.2. DIREITO ADMINISTRATIVO

#### Ponto nº 1

- a. Ato administrativo. Anulação e revogação. Poderes e deveres administrativos. Improbidade administrativa.
- b. Fundações públicas. Modalidades e regime jurídico. Ação civil pública. Servidores públicos.
- c. Responsabilidade extracontratual do Estado. Indenização e prescrição.

#### Ponto nº 2

- a. Controle da Administração Pública. Processo administrativo. Prescrição e decadência. Prerrogativas processuais do Estado.
- b. Função social da propriedade. Instrumentos interventivos. Desapropriação. Política urbana e estatuto da cidade.
- c. Administração Indireta e entidades do terceiro setor.

#### Ponto nº 3

- a. Agentes e servidores públicos. Regimes jurídicos. Princípios constitucionais.
- b. Discricionariedade e razoabilidade. Responsabilidade na gestão fiscal. Tribunal de Contas. Improbidade administrativa.
- c. Ação popular, ação civil pública, *habeas data* e mandado de injunção. Desapropriação.

#### Ponto nº 4

- a. Serviços públicos: concessão, permissão. Parcerias. Princípios. Taxa. Tarifa. Preço.
- b. Prescrição e decadência no Direito Administrativo. Prerrogativas processuais da administração em juízo. Concurso público.

- c. Elementos do ato administrativo. Desfazimento e controle. Contrato administrativo: regime jurídico e particularidades.

#### **Ponto nº 5**

- a. Funções estatais. Função administrativa. Bens públicos: regime jurídico e características.
- b. Princípios da Administração Pública. Processo disciplinar e regime sancionatório.
- c. Licitação. Princípios, fundamentos, modalidades e procedimentos. Pregão e regime diferenciado.

#### **Ponto nº 6**

- a. Contrato administrativo e contrato privado da Administração Pública. Convênios e consórcios públicos.
- b. Regulamento. Controle judicial dos regulamentos. Competência. Vigência e eficácia.
- c. Processo administrativo. Recursos administrativos. Usucapião especial urbano e concessão de uso especial para fins de moradia.

#### **Ponto nº 7**

- a. Poder de polícia. Prerrogativas de polícia. Princípio da proporcionalidade. Improbidade administrativa.
- b. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Empresas com participação do Estado. Regime jurídico. Agências reguladoras e poder normativo.
- c. Controle administrativo e judicial do ato administrativo. Espécies de controle. Controle de atos normativos. Atos do Conselho Nacional do Ministério Público. Mandado de segurança. Ação popular.

#### **Ponto nº 8**

- a. Ato administrativo. Uso de bem público: atos de consentimento estatal; regime jurídico e diferenças. Servidores públicos.
- b. Intervenção do Estado na propriedade. Desapropriação. Estado e economia: abuso do poder econômico. Política urbana e estatuto da cidade.
- c. Interesses coletivos, difusos e individuais homogêneos. Ação civil pública.

### **Ponto nº 9**

- a. Bens públicos: categorias, regime jurídico e características. Servidão administrativa. Limitações administrativas.
- b. Administração em juízo. Mandado de segurança individual e coletivo. Servidores públicos. Concurso público.
- c. Contratos administrativos. Licitações públicas. Convênios e consórcios.

### **Ponto nº 10**

- a. Responsabilidade extracontratual do Estado. Responsabilidade objetiva e subjetiva. Reparação do dano e prescrição. Recursos administrativos.
- b. Administração direta e autárquica. Agências reguladoras. Abuso do poder econômico: repressão. Princípios da Administração Pública.
- c. Improbidade administrativa. Inconstitucionalidade por ação e por omissão. Mandado de injunção. Instrumentos de jurisdição constitucional.

## **3.3. PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

### **Ponto nº 1**

- a. Evolução histórica do Ministério Público. O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização e atribuições. Responsabilidade civil, penal, política e funcional dos membros do Ministério Público; legitimidade e intervenção processual da instituição.
- b. Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Ouvidoria-Geral. Controle de constitucionalidade dos atos normativos editados pelo CNMP. Controle externo do Ministério Público.
- c. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos: delineamentos e atuação do Ministério Público - cidadania, meio ambiente, consumidor, portadores de deficiência, idoso, infância e juventude. Pluralidade e atuação concomitante de membros da instituição. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.

### **Ponto nº 2**

- a. O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização e atribuições. Responsabilidade civil, penal, política e funcional dos membros do Ministério Público; legitimidade e intervenção processual da instituição. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.
- b. O Ministério Público e o processo coletivo. O Ministério Público no contexto dos Poderes Políticos. Papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito. O Ministério Público e o controle das omissões administrativas e a efetividade de políticas públicas. O Ministério Público e as lesões aos interesses e ao patrimônio público. Improbidade administrativa.
- c. Iniciativa, competência legislativa e emendas parlamentares. As Leis Orgânicas do Ministério Público: Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei nº 8.625/93, Lei Orgânica do Ministério Público da União – Lei Complementar Federal nº 75/93, Lei Complementar Estadual nº 106/03 e Lei Complementar Estadual nº 113/06.

### **Ponto nº 3**

- a. Os membros do Ministério Público como agentes públicos: garantias, direitos, prerrogativas, deveres, vedações e impedimentos. O Ministério Público e o controle da omissão administrativa e a efetividade de políticas públicas. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.
- b. Regime disciplinar: órgãos correccionais, processo disciplinar e sanções. Responsabilidade civil, penal, política e funcional dos membros do Ministério Público; legitimidade e intervenção processual da instituição. O princípio da independência funcional.
- c. Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Ouvidoria-Geral. Controle de constitucionalidade dos atos normativos editados pelo CNMP. Controle externo do Ministério Público.

### **Ponto nº 4**

- a. A atuação judicial e extrajudicial do Ministério Público. Órgão agente e órgão interveniente. Atendimento ao público. Atribuições: declaração, dúvida e conflito. Capacidade postulatória do Ministério Público. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.
- b. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público; cidadania, meio ambiente, consumidor, portadores de deficiência, idoso, infância e juventude. Pluralidade e atuação concomitante de membros da

instituição. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores.

- c. Inquérito Civil e investigação penal pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais. Controle interno e externo da investigação civil e/ou penal promovida pelo Ministério Público. Ampla defesa, segredo de Justiça, interesse público e prerrogativas do Ministério Público.

#### **Ponto nº 5**

- a. Órgãos administrativos e de execução: denominação, composição, provimento, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. Delegação e fixação de atribuições. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.
- b. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; delineamentos e atuação do Ministério Público. Cidadania, meio ambiente, consumidor, idoso e criança e adolescente. Ações e serviços de saúde: relevância pública, controle social do Sistema Único de Saúde, recursos orçamentários vinculados, Emenda Constitucional nº 29/00 e Leis nos 8.080/90 e 8.142/90. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal.
- c. Regime disciplinar: órgãos correccionais, processo disciplinar e sanções. Princípio da independência funcional. Responsabilidade civil do membro do Ministério Público e intervenção institucional.

#### **Ponto nº 6**

- a. O Ministério Público como órgão agente e órgão interveniente. Atribuições: declaração, conflito e dúvida. Princípio do Promotor Natural. Capacidade postulatória do Ministério Público. Pluralidade e atuação concomitante de membros da instituição. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.
- b. Inquérito Civil e investigação penal pelo Ministério Público: instrumentos para o exercício das funções institucionais. Controle interno e externo da investigação civil e/ou penal promovida pelo Ministério Público. Arquivamento e desarquivamento. O Ministério Público no processo penal. Isonomia das partes e prerrogativas do Ministério Público.
- c. Conselho Nacional do Ministério Público - CNPM: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Ouvidoria-Geral. Controle de constitucionalidade dos

atos normativos editados pelo CNMP. Controle externo do Ministério Público.

#### **Ponto nº 7**

- a. Atribuições eleitorais e organização do Ministério Público. Papel do Ministério Público no Estado Democrático de Direito. O Ministério Público e o controle da omissão administrativa e a efetividade de políticas públicas.
- b. O Ministério Público na Constituição de 1988: conceito, princípios, autonomias, garantias, vedações, organização básica e atribuições. Regime jurídico dos membros do Ministério Público. A capacidade postulatória do Ministério Público. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal.
- c. Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. O Ministério Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Controle externo do Ministério Público. Pluralidade e atuação concomitante de membros da instituição.

#### **Ponto nº 8**

- a. Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. Promotor *ad hoc*. Conflitos de atribuição. Pluralidade e atuação concomitante de membros da instituição. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.
- b. O Ministério Público e a proteção dos direitos fundamentais: planos nacional e internacional. Controle externo da atividade policial. O Ministério Público e as lesões aos interesses e ao patrimônio público. Improbidade administrativa.
- c. Instrumentos de controle da administração pública. Responsabilização dos agentes públicos. Controle externo do Ministério Público. Inquérito civil e ação civil pública. Independência funcional. Responsabilidade civil do membro do Ministério Público e intervenção processual da instituição.

#### **Ponto nº 9**

- a. Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. Regime jurídico dos membros do Ministério Público. Princípios da unidade, indivisibilidade e independência funcional.

- b. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos: delineamentos e atuação do Ministério Público - cidadania, meio ambiente, consumidor, portadores de deficiência, idoso, infância e juventude. Assistência à saúde na Constituição da República e nas Leis nos 8.080/90 e 8.142/90: princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. Atribuição do Ministério Público estadual e competência da Justiça Federal.
- c. Inquérito policial. Arquivamento e desarquivamento. O Ministério Público no processo penal. Ampla defesa, segredo de Justiça, interesse público e prerrogativas do Ministério Público.

#### **Ponto nº 10**

- a. Órgãos administrativos e de execução: denominação, provimento, composição, atribuições e acumulação. Extinção e vacância de órgãos de execução e de órgãos e cargos administrativos. A atuação do Ministério Público no processo civil. Capacidade postulatória do Ministério Público. Ministério Público em sede recursal. Atribuição originária e competência dos Tribunais estaduais e superiores. Ministério Público estadual e Supremo Tribunal Federal.
- b. Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: natureza jurídica, composição, órgãos, atribuições e relação com as Instituições controladas. Ouvidoria-Geral. Controle de constitucionalidade dos atos normativos editados pelo CNMP. Controle externo do Ministério Público.
- c. Os membros do Ministério Público como agentes públicos; responsabilidade civil, penal, política e funcional. Garantias, direitos, prerrogativas, deveres, vedações e impedimentos. Legitimidade e intervenção processual da instituição.

### **3.4. DIREITO TRIBUTÁRIO**

#### **Ponto nº 1**

- a. Poder de tributar. Competência tributária. Tributos do Sistema Tributário Nacional
- b. Impostos diretos e indiretos. Impostos reais e pessoais
- c. Imposto sobre a transmissão de bens imóveis.

#### **Ponto nº 2**

- a. Princípios da legalidade tributária
- b. Competência tributária dos Estados e Municípios
- c. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária

**Ponto nº 3**

- a. Princípios da igualdade tributária e da capacidade contributiva
- b. Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços
- c. Processo judicial tributário: Mandado de Segurança, Ação de Consignação em Pagamento e Medidas Cautelares.

**Ponto nº 4**

- a. Princípio da anterioridade da lei.
- b. Imposto sobre transmissão causa mortis e doação.
- c. Crédito tributário: lançamento.

**Ponto nº 5**

- a. Fraude, Elisão e evasão e sonegação fiscal contra a Fazenda Pública
- b. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores.
- c. Obrigação tributária: sujeito ativo e passivo. Fato gerador da obrigação tributária.

**Ponto nº 6**

- a. Princípio da irretroatividade da lei.
- b. Execução contra a Fazenda Pública.
- c. Imunidade tributária, isenção tributária e não incidência tributária; alíquota zero

**Ponto nº 7**

- a. Princípios da vedação ao confisco e da livre circulação.
- b. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- c. Execução fiscal e embargos.

**Ponto nº 8**

- a. Responsabilidade por substituição tributária. Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações.
- b. Imposto sobre serviços de qualquer natureza
- c. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

**Ponto nº 9**

- a. Modalidades de extinção do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário.
- b. Contribuições de melhoria. Contribuições especiais.
- c. Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Dívida ativa tributária. Concurso fiscal de preferência.

**Ponto nº 10**

- a. Decadência e prescrição do crédito tributário.
- b. Taxas.
- c. Pagamento e repetição do indébito tributário. Ação anulatória de débito fiscal e ação declaratória.